

Transferência de Gestão da Irrigação: Um Estudo no Perímetro Irrigado de São Gonçalo/PB¹

Transfer of Management of Irrigation: A Study on the Irrigated Perimeter of São Gonçalo/PB

Transferencia de la Gestión del Riego: Un Estudio sobre el Perímetro de Cultivos de São Gonçalo/PB

Alexandre Wállace Ramos Pereira, Me.
Universidade Federal de Campina Grande e
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
Programa de Pós-Graduação em Ambiente,
Tecnologia e Sociedade – UFERSA
Endereço: Rua Inglaterra, 74 - Nações Unidas, Pau
dos Ferros - RN, CEP: 59900-000, Brasil.
e-mail: alexandre.ufcg.adm@gmail.com

Frederico Silva Thé Pontes, Dr.
Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Programa de Pós-Graduação em Ambiente,
Tecnologia e Sociedade – UFERSA
Endereço: Av. Francisco Mota, 572 - Costa e Silva,
Mossoró - RN, 59625-900, Brasil.
e-mail: frederico@ufersa.edu.br

Emanoel Marcio Nunes
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
Programa de Pós-Graduação em Ambiente,
Tecnologia e Sociedade – UFERSA
Endereço: Av. Francisco Mota, 572 - Costa e Silva,
Mossoró - RN, CEP: 59625-900, Brasil.
e-mail: emanoelnunes@uern.br

Maria de Fátima Nóbrega Barbosa
Universidade Federal de Campina Grande Programa
de Pós-Graduação em Recursos Naturais (UFCEG) e
Programa de Pós-Graduação em Administração
Pública – PROFIAP CCJS/UFCEG
Endereço: R. Sinfrônio Nazaré, 38 - Centro, Sousa -
PB, 58800-240, Brasil, e-mail:
mfnbarbora@hotmail.com

RESUMO

No Brasil, a gestão de Projetos Públicos de Irrigação tem se tornado um desafio ao longo de décadas, nas quais diversas políticas foram editadas pelo Governo Federal para o ordenamento e desenvolvimento do setor de irrigação no País. Na tentativa de melhorar o desempenho desses projetos, optou-se pela Transferência de Gestão como direcionamento básico. Neste contexto, o estudo objetivou analisar o processo de Transferência de Gestão no Perímetro Irrigado de São Gonçalo/PB, a partir do estudo das ações, dos entraves e das possibilidades que ocorrem neste processo, na visão dos atores envolvidos. A pesquisa constituiu-se num estudo de natureza quali-quantitativa, configurando-se no escopo de projeto sequencial exploratório e tipologia exploratória, descritiva e de campo. A partir da aplicação de entrevistas semiestruturadas, grupo focal e de formulário e da análise de conteúdo análise descritiva como a distribuição de frequência e medida de síntese, constatou-se, que é preciso promover o envolvimento e a capacitação dos atores envolvidos sobre a Transferência de Gestão, uma vez que se for entendido entre os atores, enquanto usuários do sistema de irrigação, que estes sejam, provavelmente, os mais apropriados para operar o sistema, poderão se alavancar, no Perímetro,

¹ Artigo recebido em 24.10.2014. Revisado pelos pares em 02.06.2015 (*blind review*). Aceito para publicação em 18.07.2015. Recomendado para publicação por José Ribamar Marques de Carvalho (Editor Científico). Publicado em 05.08.2015. Organização responsável UACC/CCJS/UFCEG.

condições para a sua plena transferência, o que se expressará num estágio mais elevado de mudança, não apenas na transferência propriamente dita mais, sobretudo, no amadurecimento pessoal e coletivo desses atores conduzindo-os a um patamar em que decidirão sobre melhorias em São Gonçalo numa relação participativa e autônoma.

Palavras-Chave: Emancipação. Usuário de água. Perímetro irrigado. Sousa/PB.

ABSTRACT

In Brazil, the management of Public Irrigation Projects has become a challenge for decades, in which different policies were enacted by the Federal Government for the planning and development of the irrigation sector in the country. In an attempt to improve the performance of these projects, it was decided to transfer management as basic to their management direction. In this context, the study aimed to analyze the process of transfer of management in the irrigated São Gonçalo/PB, from the study of the actions, the barriers and opportunities that occur in this process, in view of the actors involved. The survey consisted of a study of qualitative and quantitative nature, setting up the scope of exploratory sequential design and exploratory, descriptive typology and field. From the application of semi-structured interviews, focus groups and the analysis of form and content descriptive analysis such as frequency distribution and extent of synthesis, it was found that we need to promote the involvement and empowerment of stakeholders on Transfer management, once it is understood between the actors, while users of the irrigation system, these are probably the most appropriate to operate the system will be able to leverage on the perimeter, conditions for their full transfer Management, which will express a higher stage of change, not only in the transfer itself, but especially in personal growth and collective actors such leading them to a level that will decide on improvements in Sao Goncalo a participatory and autonomous relationship. It was conclude that it's necessary to promote the involvement and empowerment of stakeholders on Transfer Management, once it is understood between the actors, while users of the irrigation system, these are probably the most appropriate to operate the system will be able to leverage on the perimeter, conditions for their full transfer Management, which will express a higher stage of change, not only in the transfer itself, but especially in personal growth and collective actors such leading them to a level that will decide on improvements in Sao Goncalo a participatory and autonomous relationship.

Keywords: Emancipation. Water User. Irrigated perimeter. Sousa/PB.

RESUMEN

En Brasil, la gestión de Proyectos de Riego Público se ha convertido en un desafío durante décadas, en las cuales distintas políticas fueron promulgadas por el Gobierno Federal para la planificación y el desarrollo del sector de riego en el país. Con el objetivo de mejorar el rendimiento de estos proyectos, se optó por transferir la gestión como una orientación básica. En este contexto, el objetivo del estudio fue analizar el proceso de transferencia de la gestión del regadío São Gonçalo/PB, a partir del estudio de las acciones, los obstáculos y las oportunidades que se presentan en este proceso, en vista de los actores. La encuesta consistió en un estudio de carácter cualitativo y cuantitativo, estableciendo el alcance de diseño exploratorio secuencial y exploratorio, tipología descriptiva y de campo. Desde la aplicación de entrevistas semiestructuradas, grupos focales y el análisis de la forma y el análisis descriptivo de contenido tales como la distribución de frecuencia y el alcance de la síntesis, con la constatación que es necesario promover la participación y el empoderamiento de los actores sobre la transferencia de gestión, ya que se entiende entre los actores, mientras que los usuarios del sistema de riego, estos son probablemente los más adecuados para operar el sistema, serán capaz de aprovechar en el perímetro, las condiciones para su plena transferencia, o que ya expresa una etapa superior de cambio, no sólo en la propia transferencia, pero sobre todo el crecimiento personal y

actores colectivos tales llevándolos a un nivel que decidirá sobre las mejoras en São Gonçalo en una relación participativa y autónoma.

Palabras-clave: Emancipación. Usuario de El agua. Perímetro regadío. Sousa/PB.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, o desenvolvimento da irrigação, principalmente a pública, sempre teve forte suporte do Governo Federal, sendo de responsabilidade pela implantação de projetos públicos, quase que exclusivamente, a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba - CODEVASF e o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca - DNOCS. As duas instituições, ao longo de suas trajetórias, têm se situado sob o comando de diversos Ministérios e as ações de implementação desses projetos caracterizam-se, principalmente, pela elaboração de estudos de viabilidade das áreas propícias para irrigação, tomando como parâmetros, especialmente, os solos e a água. Neste sentido, os estudos de viabilidade sempre se constituíram numa típica ação “de cima para baixo”, onde os governos estaduais e municipais não participavam da decisão sobre a conveniência ou não da implantação de perímetros irrigados (BRASIL, 2008).

Segundo Nys et al. (2005), os perímetros irrigados são sistemas complexos que associam recurso de água, equipamentos hidráulicos, aspectos fundiários e atores. Esses últimos podem ser divididos em três tipos: os agricultores que se beneficiam do serviço de água, a gerência do perímetro e os operadores externos. O perímetro irrigado surgiu com a criação da Lei 4.504 de 1964, Estatuto da Terra, e se constituiu em um novo modelo de gerenciamento, baseado na propriedade familiar, cujo ponto de apoio foi o pequeno produtor. Assim, esta lei estabeleceu importantes contribuições para se pensar a reforma agrária no País.

Particularmente, sobre as políticas direcionadas ao setor de irrigação, um importante marco referencial ocorreu com a edição da Lei 6.662 de 1979, mais conhecida como Lei de Irrigação, que dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação, a qual definia em seu capítulo III, Art. 8º, §1º, os projetos públicos como sendo aqueles cuja infraestrutura de irrigação é projetada, implantada e operada, direta ou indiretamente, sob a responsabilidade do poder público. Neste contexto, o DNOCS e a CODEVASF se constituíram como os grandes responsáveis pela manutenção da infraestrutura de irrigação de uso comum nos perímetros irrigados.

A partir de 1988, buscando imprimir maior autonomia e consequente promoção da emancipação dos perímetros irrigados, a administração, operação e manutenção dos perímetros passaram a ser de responsabilidade dos Distritos de Irrigação. Mesmo essa prerrogativa significando um avanço no modo de gestão dos perímetros, favorecendo a sua reorganização, através da produção com culturas de maior expressão econômica direcionada basicamente para a demanda dos mercados e para a

modernização para sistemas de irrigação, parece que se constituiu tão somente no repasse dos bens patrimoniais, como máquinas e implementos agrícolas, veículos e imóveis, sem haver, contudo, um acompanhamento sistemático às organizações desses irrigantes (Brasil, 2008).

Neste sentido, conforme enfatiza Passador et al. (2009), ainda perduram na atualidade, dificuldades relacionados, sobretudo, à precariedade da manutenção dos projetos públicos de irrigação e à falta de organização associativa dos irrigantes. Desta forma, a diretriz básica do governo federal é de que se desonere completamente o Estado de qualquer responsabilidade financeira na administração dos perímetros pelo processo de Transferência de Gestão. Notadamente, o cumprimento dessa diretriz vem esbarrando em problemas tais como: legalidade, vida útil avançada dos sistemas de irrigação e, principalmente, os de ordem de administração, operação e manutenção dos projetos públicos de irrigação.

Neste cenário de mudanças relacionadas à agricultura irrigada, mais recentemente, em 2011, o governo federal instituiu o Programa Nacional de Irrigação para o Semiárido como propósito maior de incentivar a ampliação da área irrigada na região e aumentar a produtividade agrícola. Entre os incentivos criados por este programa, está a ampliação dos descontos das tarifas de energia elétrica cobradas em atividades de irrigação. A proposta também criou a Secretaria Nacional de Irrigação - SENIR, como forma de reestruturar institucionalmente a gestão da agricultura irrigada no âmbito do Ministério da Integração Nacional, inclusive colaborando para sua articulação com as políticas agrícolas, de agricultura familiar, de recursos hídricos e de meio ambiente.

Em resumo, as principais vertentes desse novo programa passam pela ampliação de áreas irrigadas em bases ambientalmente sustentáveis, a criação de novos perímetros, o investimento na melhoria de operação e em tecnologia de sistema pressurizado e a classificação de Perímetro de Interesse Social, esta última voltada para os perímetros de até 1.500 hectares. Desta forma, os esforços se direcionam, sobretudo, para dois eixos principais: a revitalização de perímetros, por meio da modernização da infraestrutura hidráulica de uso comum e a implantação de novos perímetros.

Junto a esse contexto de mudança, um ponto importante do Plano Plurianual 2012-2015 do governo federal versa sobre o potencial de expansão da agricultura irrigada no Brasil, comparando-a ao cenário internacional de aumento da produtividade agrícola, o qual pode ser melhorado pela associação de técnicas de irrigação e de drenagem. Contudo, tais argumentos vêm acompanhados de um grande desafio, para os quais, desde sempre, as políticas de irrigação implementadas no País não surtiram o efeito esperado em termos de capacitação do produtor de forma que se traduzisse em um melhor desempenho na gestão das unidades de produção, como também de suas organizações associativas (BRASIL, 2012).

Pode-se considerar essa realidade como reflexo de um viés, até certo ponto, paternalista das políticas de irrigação e de reforma agrária editadas no Brasil ou que essas políticas não consideraram, em suas concepções, a necessidade de se promover a autonomia dos agentes envolvidos. Esse fato apresenta como resultado a dependência da assistência financeira pública para o custeio dos gastos de operação e manutenção da atividade agrícola nos perímetros irrigados, o que faz com que a grande maioria dos produtores em Projetos Públicos de Irrigação - PPI apresente dificuldades, até a atualidade, de alcançar níveis de mobilização e capacitação necessários para viabilizar a Transferência de Gestão.

Mais recentemente, o Governo Federal promulgou a Lei Nº 12.787, data de 11.01.2013, a qual dispõe sobre a atual Política Nacional de Irrigação, revogando a Lei 6.662 de 1979. Nos termos dessa nova regulamentação, a emancipação ou Transferência de Gestão de Projetos Públicos de Irrigação é instituto aplicável a empreendimentos com previsão de transferência, para os agricultores irrigantes, da propriedade das infraestruturas de irrigação de uso comum, de apoio à produção e da unidade parcelar (BRASIL, 2013). Nesta nova configuração, existe a previsão de Transferência de Gestão do PISG, conforme objetivo contido Plano Plurianual (PPA) 2012-2015 - Plano Mais Brasil, especificadamente no Programa 2013 - Agricultura Irrigada em seus objetivos 0171, 0175 e 0543, iniciativa 0012. Deste modo a diretriz atual do governo é de que se conclua o processo de Transferência da Gestão de forma a desonerar completamente o Estado de qualquer responsabilidade financeira na administração dos perímetros. Assim, no que concerne à gestão dos projetos públicos de irrigação, o direcionamento dado pela legislação é que se trata de atividade a ser desenvolvida pela organização de produtores de cada projeto (PASSADOR et al, 2009).

Neste tocante, as políticas de irrigação parecem se traduzir em tentativas para melhorar o desempenho dos PPI e, mesmo considerando seu estímulo à Transferência de Gestão, a experiência, até agora acumulada, indica que algumas dessas tentativas ocorrem, na maioria das vezes, de forma precária. Considerando tais colocações, partiu-se da concepção de conhecer, descrever e associar o conjunto de dados relativos às ações, entraves e possibilidades do processo de Transferência de Gestão da Irrigação instituído no Perímetro Irrigado de São Gonçalo, buscando responder a seguinte questão-problema: Quais os fatores contributivos para que no PISG, até o momento, não tenha sido possibilitado aos atores envolvidos efetivarem plenamente a Transferência de Gestão?

A ideia principal foi a de que os atores envolvidos no PISG não têm se organizado suficientemente para que a Transferência de Gestão seja plenamente implementada. Assim, o estudo apresentou a seguinte premissa: a falta de participação dos atores envolvidos num espaço em que a relação Irrigante/Associação dos Usuários de Água - AUA/DNOCS produza uma compreensão ampla sobre as possibilidades da

Transferência de Gestão no PISG e a existência de um conjunto de entraves de diferentes ordens podem ser os empecilhos para sua plena implementação.

O estudo buscou, enquanto objetivo geral, analisar o processo de Transferência de Gestão no PISG, a partir do estudo sobre as ações, os entraves e as possibilidades que ocorrem neste processo, na visão dos atores envolvidos. Os objetivos específicos foram os seguintes: 1) Levantar o conhecimento e expectativas que os atores envolvidos possuem sobre a questão da Transferência de Gestão da Irrigação no PISG; 2) Identificar ações voltadas à viabilização da Transferência de Gestão da Irrigação realizadas no PISG; 3) Verificar quais os principais entraves, bem como quais aspectos são considerados relevantes, na visão dos atores envolvidos, para que a Transferência de Gestão da Irrigação no PISG seja plenamente implementada.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta seção faz uma breve revisão sobre o modelo institucional de gestão da irrigação no Brasil, destacando as premissas da atual Política Nacional de Irrigação e a Transferência de Gestão.

2.1 ADMINISTRAÇÃO DA IRRIGAÇÃO NO BRASIL

No Brasil, a gestão da irrigação tem o Estado como seu principal articulador, por meio de políticas governamentais, o qual implementou, ao longo de décadas, em conjunto de diferentes instrumentos e instituições, buscando incentivar a modernização da agricultura e o desenvolvimento nacional de forma integrada. Vale destacar que a atuação estatal foi marcada por uma forte descontinuidade administrativa e política, decorrente da frequente criação e extinção de órgãos públicos ligados ao desenvolvimento de irrigação no País.

No contexto atual, as ações do governo brasileiro estão ligadas, em primeiro lugar ao Ministério da Integração Nacional, sendo este ministério responsável por diversas instituições e programas direcionados para a gestão dos recursos hídricos, especialmente no Semiárido brasileiro. De acordo com Brasil (2008, p. 13), compete ao referido ministério dentre outras, as seguintes ações: formulação e condução da política de desenvolvimento nacional integrada; a condução de obras contra as secas e de infraestrutura hídrica e a formulação e condução da Política Nacional de Irrigação. Sendo assim, no âmbito ministerial, como órgãos da administração direta, duas secretarias respondem mais diretamente sobre as questões de gestão da irrigação, são elas: a Secretaria de Infraestrutura Hídrica - SIH e a SENIR.

A SIH em consonância com os objetivos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR trabalha para a construção de obras de abastecimento hídrico - barragens, adutoras e canais - e obras de macrodrenagem, que servem para a condução das captadas nas ruas, sarjetas e galerias. Já a SENIR, apresenta como principal objetivo, configurar um sistema de gestão para a agricultura

irrigada, articulando os vários órgãos que interagem no setor, apoiando sobremaneira a iniciativa privada e otimizando as áreas públicas como instrumentos de desenvolvimento de regiões menos favorecidas. Além disso, promover a irrigação como instrumento de eficiência na produção agrícola e erradicar a pobreza com a geração de emprego e renda (BRASIL, 2013).

Portanto, o modelo institucional de gestão o referido ministério valoriza a diversidade regional do País e apresenta a irrigação como uma das áreas prioritárias de sua atuação, por meio de seus órgãos da administração direta e entidades vinculadas, de acordo com ações de subordinação e vinculação.

2.2 ATUAL POLÍTICA NACIONAL DE IRRIGAÇÃO

A principal referência legal sobre irrigação no Brasil é a Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013, que dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação. A legislação em comento revoga a Lei nº 6.662, datada de 25 de junho de 1979, denominada antiga Lei da Irrigação, a qual se constituiu como o primeiro ordenamento jurídico sobre irrigação no País. A Lei nº 12.787, insere-se no contexto das reformas administrativas que têm sido implantadas no Estado brasileiro desde a década de 1990, com a adoção do paradigma do Estado Subsidiário, que tem como pressupostos o reconhecimento da primazia da iniciativa privada, e consequente limitação da intervenção estatal, além da ampliação dos instrumentos de parceria entre público e privado (MAIER, 2013).

Assim, a nova política de irrigação brasileira rege-se pelos seguintes princípios, dentre outros: uso e manejo sustentável dos solos e dos recursos hídricos destinados à irrigação; articulação entre as ações em irrigação das diferentes instâncias e esferas de governo e entre estas e as ações do setor privado e a gestão democrática e participativa dos Projetos Públicos de Irrigação com infraestrutura de irrigação de uso comum, por meio de mecanismos a serem definidos em regulamento. Constituem alguns de seus objetivos: incentivar a ampliação da área irrigada e o aumento da produtividade em bases ambientalmente sustentáveis; promover o desenvolvimento local e regional, com prioridade para as regiões com baixos indicadores sociais e econômicos e capacitar recursos humanos e fomentar a geração e transferência de tecnologias relacionadas à irrigação.

A nova política propõe, de certa forma, o disciplinamento dos problemas inerentes ao desenvolvimento da agricultura irrigada, que está sendo posta em prática, em novas bases, mediante a implantação de projetos públicos e privados de irrigação no Brasil, tendo a Transferência de Gestão como sendo um dos seus aspectos que merecem destaque, uma vez que ainda dependerá de regulamentação.

2.3 TRANSFERÊNCIA DE GESTÃO DA IRRIGAÇÃO

De acordo com Brasil (2008), buscando melhorar o desempenho dos projetos públicos de irrigação, incluindo a produtividade e sustentabilidade financeira e física e, consequentemente, a redução de custos de governo, implementou-se uma nova

forma de gestão dos perímetros irrigados por meio da transferência de responsabilidade da gestão, sendo basicamente o fornecimento de água e a manutenção das estruturas aos usuários, que ficou mais conhecida aqui no Brasil pela terminologia “emancipação”. Assim, compreende-se pelo termo Transferência de Gestão como o processo de delegação da autoridade e responsabilidade das agências governamentais de irrigação a entidades do setor privado, principalmente associações de produtores usuários de água.

No Brasil tivemos algumas experiências voltadas a promover a Transferência de Gestão, notadamente o Programa de Emancipação dos Perímetros Irrigados, na década de 1990, e o Programa Nacional de Irrigação e Drenagem, cujas diretrizes, deram ênfase à capacitação técnico-gerencial para a transferência dos Perímetros Públicos de Irrigação no País.

Algumas justificativas para a implementação dessas novas diretrizes de gestão, se deve ao fato de muitos governos se depararem com grandes dificuldades para financiar os custos recorrentes da irrigação levando vários perímetros irrigados a um quadro de fatores desde a deterioração da infraestrutura e da redução da área irrigada, resultando em má distribuição e desperdício de água, até o incremento dos problemas de salinização dos solos. Segundo a Conferência Internacional promovida pela FAO (2001), os programas de Transferência de Gestão são implementados por diferentes motivos, e dependem fundamentalmente do ponto de vista dos principais atores envolvidos - governos e usuários. Assim, pode-se dizer que os processos de Transferência de Gestão diferem nos tipos de organizações que assumem o gerenciamento após a transferência. O tipo mais comum é a associação dos usuários da água.

No que se refere à gestão de Projetos Públicos de Irrigação no Brasil, o Decreto nº 2.178/97, que altera o Decreto nº 89.496/84, estabelece em seu art. 1º, que as atividades de administração, operação, conservação e manutenção da infraestrutura de irrigação de uso comum, deverão, preferencialmente, ser delegadas às organizações de irrigantes dos respectivos projetos. Nesse mesmo sentido, o §1º do artigo 8º, da Lei nº 10.204/2001, que altera a Lei nº 4.229/63, que transforma o DNOCS em autarquia, dispõe em seu art. 8º que os perímetros públicos de irrigação, atualmente em implantação ou em planejamento, poderão ter os processos de seleção de irrigantes e de criação e funcionamento de organizações de produtores conduzidos pelos respectivos governos estaduais, em parceria com o DNOCS (BRASIL, 2001).

Deste modo, observa-se que o direcionamento dado é que se trata de atividade a ser desenvolvida pela organização de produtores de cada projeto. No caso do Decreto nº 2.178/97 há margem para certa discricionariedade por parte da administração pública em virtude da existência do termo “preferencialmente” no texto do artigo citado. Já a Lei nº 10.204/2001 é impositiva, neste aspecto, para os novos

perímetros do DNOCS, pois o texto legal determina que a administração dos perímetros seja conduzida pelas organizações de produtores.

Sobre os termos Transferência da Gestão e Emancipação, geralmente considera-se se tratar do mesmo significado. Entretanto, conforme cita PASSADOR et al (2009, p. 10), há diferenças conceituais. A transferência da gestão está relacionada à sistemática de administração dos perímetros, enquanto emancipação refere-se à autonomia e à autosuficiência econômica dessa administração. Assim, propõem-se as seguintes definições: transferência da gestão - processo de delegação da administração, operação e manutenção da infraestrutura de irrigação de uso comum de um perímetro de irrigação, de um ente público para uma entidade privada. Já a emancipação é entendida como o estágio do processo de transferência da gestão em que a entidade que administra um perímetro atinge a auto-sustentação econômica das atividades de administração, operação e manutenção da infraestrutura de irrigação de uso comum (PASSADOR et al, 2009).

3 MÉTODO DE PESQUISA

A pesquisa constituiu-se em um estudo de natureza quali-quantitativa, numa visão de complementaridade, configurando-se assim no escopo de projeto sequencial exploratório (CRESWELL, 2013) e adotou a tipologia proposta por Vergara (2007) como modelo orientador. Assim, os tipos: exploratória, descritiva e de campo, foram considerados como delineamento básico. Assim, verificou-se que o projeto de métodos mistos seria a melhor metodologia para tal pesquisa.

O local de estudo tem seu foco no Projeto Público de Irrigação de São Gonçalo, localizado no distrito do mesmo nome, no Município de Sousa, Vale do Rio Piranhas, Microrregião do Alto Sertão Paraibano, distante 5 km da sede do referido município, à margem da BR 230 (Rodovia Trans Amazônica) e da PB 380 (Rodovia da Produção) e cerca de 440 km de João Pessoa, capital do Estado da Paraíba e sua área total é de 5.548,53 ha, dos quais 2.402,09 ha de áreas irrigadas com diferentes frutíferas e 2.502,90 ha de áreas com agricultura de sequeiro. Suas características básicas podem ser vistas na Tabela 1.

Tabela 1 - Características gerais do PISG

Dados	
Ano de implantação:	1972
Precipitação média anual:	700 mm
Fonte hídrica e capacidade de armazenamento:	Açudes públicos Engenheiro Ávidos e São Gonçalo(255.000.000 m ³ e 44.6000.000 m ³)
Principais culturas:	Banana, coco, goiaba, maracujá, arroz, feijão, milho, tomate, algodão herbáceo e capim de corte
Sistemas de irrigação:	83,88% da área por superfície (gravidade) 16,12% da área por micro aspersão
Quantidade de irrigantes:	483

Fonte: Adaptado de DNOCS (2012)

Considerou-se como sujeitos deste estudo os grupos formados por informantes-chave, atores institucionais e os usuários-irrigantes atuantes no PISG. Deste modo, os participantes da pesquisa pertenceram a: Grupo 1) Instituição pública, notadamente o DNOCS, sendo este representado por um sujeito. Também foi composto esse grupo por um irrigante, pertencente a uma “comissão independente” para revitalização do Perímetro e um ex-presidente da JUSG; Grupo 2) Organizações não governamentais diretamente envolvidas no PISG, representadas por oito sujeitos; Grupo 3) Irrigantes cadastrados no DNOCS, totalizando 215 sujeitos.

Para o Grupo 1 e 2, foi utilizada a amostra não probabilística pelos critérios de acessibilidade (RICHARDSON, 1999) e tipicidade (VERGARA, 2007). Para o Grupo 3, adotou-se um nível de confiabilidade de 95% e erro amostral de 5% para determinar o tamanho da amostra. Deste modo, a amostra de 215 sujeitos foi formada, portanto com base na lista de 483 irrigantes cadastrados legalmente no PISG, fornecida pelo DNOCS. No processo de seleção dos 215 sujeitos do Grupo 3 utilizou-se a metodologia denominada “bola de neve” (COOPER, 2003), na qual é possível solicitar aos primeiros participantes, a indicação de outros atores sociais, que por sua vez indicam outros, e assim sucessivamente, até se chegar a amostra determinada.

O trabalho de campo compreendeu duas fases de coletas de dados, sendo a primeira de natureza qualitativa e segunda de natureza quantitativa. No que se refere à fase qualitativa, assumiu-se a postura essencialmente de aproximação com o objeto e os sujeitos da pesquisa. Isto posto, foram realizadas entrevistas semiestruturadas individuais com informantes-chave, conforme descrito no Quadro 1, como primeiro procedimento do estudo de campo, totalizando três sujeitos entrevistados, todos com papéis relevantes em relação ao processo de Transferência de Gestão instituído no PISG, bem como pela posição que ocupam e pelas suas relações com o Perímetro.

Quadro 1 - Informantes-chave

Informante 1	Comissão Independente para Revitalização do PISG
Informante 2	Junta dos Usuários de Água de São Gonçalo - JUSG
Informante 3	Departamento Nacional de Obras Contra a Seca - DNOCS

Fonte: Elaborado pelo autor (2014)

As entrevistas com os informantes-chave foram realizadas mediante roteiro decorrente dos objetivos específicos definidos para a pesquisa, pautando-se, portanto nas variáveis iniciais apresentadas no Quadro 2.

Quadro 2 - Variáveis iniciais de pesquisa

Variáveis	Conceito norteador
Gerenciamento pelos irrigantes	Evidencia o entendimento e expectativas sobre a questão da Transferência de Gestão da Irrigação no PISG

Ações realizadas	Indica as ações voltadas à viabilização da Transferência de Gestão da Irrigação realizadas no PISG
Entraves observados	Foca os entraves apontados para a Transferência de Gestão da Irrigação no PISG
Possibilidades consideradas	Explicita os aspectos considerados relevantes para a Transferência de Gestão da Irrigação no PISG

Fonte: Elaborado pelo autor (2014)

Ainda na fase qualitativa, o segundo procedimento adotado para o estudo de campo foi o grupo focal. A composição do grupo focal seguiu orientações conforme apresenta Morgan (1998 apud BARBOUR, 2009, p. 87): “os grupos focais devem ser homogêneos em termos de contexto de vida, não de atitudes”. Assim, o grupo focal foi constituído por oito sujeitos, representantes de instituições que se articulam com o PISG mais diretamente, os quais por sua inserção na comunidade foram considerados os mais apropriados e capazes de representar os pontos de vista da coletividade. A relação das representações de cada instituição é exposta no Quadro 3.

Quadro 3 - Representantes de instituições atuantes no PISG

Representante 1	Junta dos Usuários de Água de São Gonçalo
Representante 2	Junta dos Usuários de Água de São Gonçalo
Representante 3	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sousa
Representante 4	Associação dos Agricultores e Famílias Joaquim Batista
Representante 5	Associação Rural do Núcleo 1
Representante 6	Associação Comunitária do Núcleo 2
Representante 7	Associação dos Produtores Rurais do Núcleo 3
Representante 8	Associação dos Moradores de São Gonçalo

Fonte: Elaborado pelo autor (2014)

Quanto à fase quantitativa, esta se baseou na necessidade de generalização dos achados qualitativos iniciais a partir de uma amostra mais ampla e, desta forma, avalia-los quantitativamente. Partindo da análise dos dados qualitativos advindos das entrevistas semiestruturadas individuais e do grupo focal, desenvolveu-se um formulário, com um roteiro inicial, contendo 20 questões objetivas, solicitando as informações acerca do problema estudado para posterior análise e conclusões correspondentes aos dados coletados.

A última etapa da pesquisa refere-se ao tratamento dos dados e interpretação, objetivando gerar inferências e resultados do estudo. Assim, o processo de análise dos dados da pesquisa seguiu dois procedimentos distintos: o primeiro procedimento, sendo a Análise de Conteúdo, tanto para os dados advindos das entrevistas semiestruturadas individuais com informantes-chave, como para os incididos no Grupo Focal com os representantes de instituições e, o segundo procedimento, aplicado para os dados obtidos por meio do Formulário, junto aos irrigantes, por meio de análise descritiva simples como a distribuição de frequência e medida de síntese, como porcentagem.

Assim, utilizou-se a Análise de Conteúdo, a partir das fases descritas por Bardin (2004): pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Definiu-se como *corpus* a serem analisados as entrevistas semiestruturadas individuais e a sessão de grupo focal. Ainda, foram separados e organizados em quadros, os conteúdos das informações, a partir da fala transcrita de cada sujeito, como forma de facilitar a análise. Portanto, os trechos das falas dos sujeitos que se relacionavam a mesma ideia, isto é, a cada variável dos objetivos específicos foram considerados para efeito de codificação, como unidades de registro. Nesse caso, optou-se pela frase.

A forma adotada para organizar os dados buscou agrupar as informações que pudessem ajudar a responder algumas perguntas ou indagações sobre as variáveis iniciais de pesquisa. Sendo assim, o agrupamento das unidades de registro foi feito em função de categorias comuns, isto é, a partir das variáveis iniciais, recortando-se os trechos considerados representativos de cada uma das variáveis, sendo agrupados por função de semelhança (palavras repetidas e de mesmo significado) e contabilizados em termos de frequência. Desse processo, emergiram outras categorias de análise e subcategorias, conforme exposto no Quadro 4. Tais categorias estão pautadas nas narrativas dos sujeitos.

Quadro 4 - Categorias iniciais, emergentes e subcategorias

Categorias iniciais	Categorias emergentes	Subcategorias
Gerenciamento pelos irrigantes	Percepção sobre a gestão transferida	Boa
		Ruim
	Motivação para a Transferência de Gestão	Melhorar desempenho
		Passas responsabilidade
Ações realizadas	Constatação de ações	Reuniões
		JUSG
	De outras ordens	
Entraves observados	Falta de preparação para o novo modelo de gestão	-
		Falta apoio
	Círculo vicioso de dependência do Estado	Inadimplência
		Resistência
	Estiagem	Acomodação
Deterioração da infraestrutura		
Possibilidades consideradas	Atividades de capacitação e envolvimento dos usuários	-
		Capacitação
	Funcionamento do sistema de irrigação	Comprometimento
		Tarifas
		Crédito
De outras ordens		

Fonte: Elaborado pelo autor (2014)

Por fim, procedeu-se a interpretação dos dados por meio da abordagem objetiva, tomando-se como ponto de partida as categorias estabelecidas *a priori*, de

acordo com os objetivos específicos (LINCOLN e GUBA, 1985). Ainda, a interpretação limitou-se ao conteúdo manifesto dos sujeitos, isto é, a análise de conteúdo ao nível manifesto restringe-se ao que é dito, sem buscar os significados ocultos. Data forma, buscou-se comparações entre os diferentes grupos de sujeitos respondentes, destacando generalidades e particularidades da análise, inserindo suas falas na íntegra, bem como as articulando com as referências teóricas. O segundo e último processo de tratamento dos dados refere-se à análise descritiva dos dados obtidos por meio do Formulário aplicado com os irrigantes, no qual utilizou-se a distribuição de frequência e a porcentagem.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste item, faz-se uma síntese das generalidades e particularidades dos principais resultados observados. Do processo de análise, emergiram nove categorias, com diferentes subcategorias. As definições das emergentes e das subcategorias foram desenvolvidas considerando:

- 1ª Categoria emergente - Percepção sobre a gestão transferida: essa categoria remete a avaliação da mudança que ocorreu com o processo de Transferência de Gestão. Emergiram duas subcategorias: boa e ruim;
- 2ª Categoria emergente - Motivação para a transferência de gestão: essa categoria está relacionada aos propósitos de se transferir a gestão. Emergiram duas subcategorias: melhorar desempenho e passar responsabilidade.

As duas categorias emergentes citadas, bem como suas subcategorias podem ser visualizadas no Quadro 5.

Quadro 5 - Categoria inicial e 1ª e 2ª categorias emergentes

Categoria inicial: Gerenciamento pelos irrigantes		
1ª categoria emergente: Percepção sobre a gestão transferida	Subcategorias:	
	Boa	Ruim
	Unidades de registro (UR):	Unidades de registro (UR):
	foi a melhor coisa - esse é o caminho mais oportuno e adequado - é o melhor caminho - a melhor alternativa - isso é importante demais! - a transferência dá certo -	foi um desastre - não se teve nada de benfeitoria - não é boa de jeito nenhum - aqui não funciona - foi muito ruim - foi ruim - foi ruim - foi terrível! - não foi muito ruim não, foi péssimo - não foi bom não - foi ruim demais - pra mim nunca aconteceu - aqui não funciona ainda, e nem sei se um dia vai funcionar - nem tudo caminha como se espera - nem todo mundo entende
	Contagem das UR: 6	Contagem das UR: 15
2ª categoria emergente:	Subcategorias:	
	Melhorar desempenho do Perímetro	Passar responsabilidade
	Unidades de registro (UR):	Unidades de registro (UR):

Motivação para a Transferência de Gestão	melhorar o desempenho dos projetos de irrigação - fazer com que o irrigante caminhe com suas próprias pernas	jogar a bomba nas mãos dos colonos - só para o DNOCS ter menos obrigação - só não sei se vai ser bom - extingui o DNOCS - acabar com o DNOCS - entregar o perímetro para alguém - jogaram a responsabilidade - cair fora e deixar a responsabilidade - diminuir gastos - diminuir gasto mesmo
	Contagem das UR: 2	Contagem das UR: 9

Fonte: Pesquisa de campo (2014)

- 3ª Categoria emergente - Constatação de ações: essa categoria refere-se às ações que foram realizadas para promover a Transferência de Gestão no Perímetro. Emergiram três subcategorias: reuniões, JUSG e de outras ordens;
- 4ª Categoria emergente - Ausência de ações: essa categoria refere-se a inexistência de ações voltadas a promover a Transferência de Gestão no Perímetro.

As duas categorias emergentes citadas, bem como as respectivas subcategorias podem ser visualizadas no Quadro 6.

Quadro 6 - Categoria inicial e 3ª e 4ª categorias emergentes

Categoria inicial: Ações realizadas			
	Subcategorias:		
	Reuniões	JUSG	De outras ordens
	Unidades de registro (UR):	Unidades de registro (UR):	Unidades de registro (UR):
3ª categoria emergente: Constatação de ações	várias reuniões - equipes de João Pessoa fazendo reuniões - participei de reuniões com o DNOCS - a gente já teve discussões sobre - algumas reuniões aqui - algumas discussões com o pessoal do DNOCS - em reuniões juntamente com o DNOCS - já participei de reuniões - reuniões do comitê - a gente já teve discussões sobre transferência do o DNOCS	constituição da JUSG - criamos a JUSG - criação da JUSG - só a JUSG mesmo - apenas a JUSG - criação da JUSG	melhoria de vários aspectos da infraestrutura - limpeza dos canais - passagem de alguns lotes
	Contagem das UR: 10	Contagem das UR: 6	Contagem das UR: 3
4ª categoria emergente:	Unidades de registro:		
	praticamente nada - não se tem orientação pra nada - nem assistência técnica - nem os drenos foi feitos - era pra ter sido feita a manutenção		
	Contagem das UR: 5		

Ausência de ações	
-------------------	--

Fonte: Pesquisa de campo (2014)

- 5ª Categoria emergente - Falta de preparo para o novo modelo de gestão: essa categoria está relacionada orientação recebida, incluindo como negativa a falta ou insuficiência. Emergiram três subcategorias: falta de apoio, inadimplência e resistência;
- 6ª Categoria emergente - Círculo vicioso de dependência do Estado: essa categoria abrange informações sobre os fatores que estimulam a dependência. Emergiram duas subcategorias: acomodação e deterioração da infraestrutura;
- 7ª Categoria emergente - Estiagem: essa categoria diz respeito aos efeitos do clima considerados prejudiciais para a Transferência de Gestão.

As três categorias emergentes citadas, bem como as respectivas subcategorias podem ser visualizadas no Quadro 7.

Quadro 7 - Categoria inicial e 5ª, 6ª e 7ª categorias emergentes

Categoria inicial: Entraves observados			
5ª categoria emergente: Falta de preparação para o novo modelo de gestão	Subcategorias:		
	Falta de apoio	Inadimplência	Resistência
	Unidades de registro (UR):	Unidades de registro (UR):	Unidades de registro (UR):
	aqui o irrigante é desprezado - não se tem orientação de nada - nem assistência técnica - A questão da JUSG ter sido criada e não ter preparado os irrigantes - omissão do DNOCS	o problema é com a inadimplência dos colonos	falta de consciência dos colonos - dependia de nós se organizar mais - o que está faltando é a união e organização dos próprios irrigantes
	Contagem UR: 5	Contagem UR: 1	Contagem UR: 3
6ª categoria emergente: Círculo vicioso de dependência do Estado	Subcategorias:		
	Acomodação	Deterioração da infraestrutura	
	Unidades de registro:	Unidades de registro:	
	fica tudo esperando e querendo que o governo dê tudo - o povo ainda tá esperando que o governo faça tudo - omissão do DNOCS - colonos precisam participar mais	a mudança do sistema de irrigação é muito importante e já devia ter sido implantada - desperdício de água - a infraestrutura do perímetro não há condições	
	Contagem das UR: 4	Contagem das UR: 3	
7ª categoria emergente: Estiagem	Unidades de registro:		
	falta d'água - a seca - falta de água		
	Contagem das UR: 3		

Fonte: Pesquisa de campo (2014)

- 8ª Categoria emergente - Ações de capacitação e envolvimento dos usuários: essa categoria refere-se a sugestões voltadas à preparação para a Transferência de Gestão. Emergiram duas subcategorias: capacitação e comprometimento;
- 9ª Categoria emergente - Funcionamento do sistema de uso comum: essa categoria diz respeito aos requisitos apresentados como fundamentais para o sucesso da Transferência de Gestão. Emergiram três subcategorias: tarifas, crédito e de outras ordens;

As duas categorias emergentes citadas, bem como as respectivas subcategorias podem ser visualizadas no Quadro 8.

Quadro 8 - Categoria inicial e 8ª e 9ª categorias emergentes

Categoria inicial: Possibilidades consideradas			
8ª categoria emergente: Ações de capacitação e envolvimento dos usuários	Subcategorias:		
	Capacitação		Comprometimento
	Unidades de registro (UR):		Unidades de registro (UR):
	uma preparação com técnicos por parte do DNOCS - preparando o irrigante - assistência técnica - tem que preparar o irrigante - conscientização dos irrigantes - trabalho de conscientização e ele tem que ser feito - Parceria mais próxima do irrigante com o DNOCS		se organizando para pagar as tarifas – se todo mundo pagar suas obrigações com as tarifas
	Contagem das UR: 7		Contagem UR: 2
9ª categoria emergente: Funcionamento do sistema de uso comum	Subcategorias:		
	Tarifas	Crédito	De outras ordens
	Unidades de registro (UR):	Unidades de registro (UR):	Unidades de registro (UR):
	o perdão dos débitos - perdão dessas taxas cobradas	financiamento - sim de financiamento - recursos para investir dentro do Perímetro	mudança como se promete do estatuto da JUSG - fazer as regularizações fundiárias
	Contagem das UR: 2	Contagem das UR: 3	Contagem das UR: 2

Fonte: Pesquisa de campo (2014)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerou-se neste estudo que os projetos públicos de irrigação, como é o caso de São Gonçalo, exercem importante papel nas regiões onde estão inseridos, promovendo a sustentabilidade econômica à atividade agrícola, além de contribuir para afixação do homem no campo, criação de empregos, inserção da dimensão competitiva e da modernização produtiva na agricultura, oferta de alimento e, sobretudo, redução de desequilíbrios regionais e sociais. Por estes motivos, pode-se considerar importante à edição de estudos e pesquisas voltados a compreensão dos fatores relacionados à gestão de perímetros irrigados. Deste modo o estudo certamente abre espaço para se discutir a articulação de novas formas de relação entre governo e

usuários irrigantes, no âmbito das formas de gerenciamento dos projetos públicos de irrigação.

Relacionando-se aos resultados da pesquisa sobre o processo de Transferência de Gestão propriamente dito, constatou-se que o mesmo, muito embora represente um avanço em termos de assegurar sua sustentabilidade e aumento da eficiência operacional e produtiva, aqui em São Gonçalo, ainda não conseguiu se efetivar enquanto espaço democrático e, o que se observa é que os atores envolvidos no PISG não têm se organizado suficientemente para que a Transferência de gestão seja plenamente implementada. Os resultados apontam para que as possibilidades da plena Transferência de Gestão, na verdade, são desconhecidas, desacreditadas e pouco valorizadas pela maioria dos atores envolvidos.

Outra consideração a ser feita sobre o processo de Transferência de Gestão, diz respeito a entraves de diferentes ordens, tais como: falta de apoio à produção, infraestrutura de uso comum precária, sistema de irrigação obsoleto, pendências fundiárias, débitos tarifários, descontinuidades de ações e baixa capacidade de gerenciamento da AUA, acabam por dificultar o processo de transferência, sendo um dos fatores que mais contribuem, segundo os sujeitos pesquisados, para as dificuldades apresentadas no processo.

Por fim, conclui-se que é preciso promover o envolvimento, a discussão e a capacitação sobre Transferência de Gestão no PISG entre os atores envolvidos, uma vez que se for entendido que os próprios usuários do sistema de irrigação sejam, provavelmente, os mais apropriados para operar o sistema, estes poderão alavancar condições para a plena transferência, o que se expressará num estágio mais elevado de mudança, não apenas na Transferência de Gestão propriamente dita, mas sobretudo no amadurecimento pessoal e coletivo desses atores conduzindo-os a um patamar em que decidirão sobre melhorias no Perímetro irrigado de São Gonçalo numa relação participativa e autônoma.

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. **Impactos e externalidades sociais da irrigação no semi-árido brasileiro**. Brasília, 2004. (Série Água Brasil, v.5)

BARBOUR, R. **Grupos focais**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2004.

BRASIL, Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. Programa mais Irrigação. Brasília: SECOM, 2013.

BRASIL. Decreto n. 2.178/97. **Altera o Decreto n. 84.496/94**, definindo projeto de interesse social aquele destinado ao reassentamento de populações desalojadas por força da construção e obra em área pública. Disponível em: <<http://www.codevasf.gov.br/principal/legislacao/decretos/decreto-no-2-178-de-17-de-marco-de-1997>>. Acesso em: 14 mai. 2013.

BRASIL. Lei n. 12.593, de 18 de janeiro de 2012. **Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Lei/L12593.htm>. Acesso em: 12 fev. 2013.

BRASIL. Lei n. 12.787, de 11 de janeiro de 2013. **Dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação**; altera o art. 25 da Lei nº10.438, de 26 de abril de 2002; revoga as Leis nºs6.662, de 25 de junho de 1979, 8.657, de 21 de maio de 1993, e os Decretos-Lei nºs2.032, de 9 de junho de 1983, e 2.369, de 11 de novembro de 1987; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12787.htm>. Acesso em: 20 jan. 2013.

BRASIL. Lei n. 6.662, de 25 de junho de 1979. **Dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação, e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6662.htm>. Acesso em: 11 fev. 2013.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **A irrigação no Brasil: situação e diretrizes**. Brasília: IICA, 2008.

COOPER, D.R.; SCHINDLER, P. S. **Métodos de pesquisa em administração**. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

CRESWELL, J. W.; CLARK, V. L. P. **Pesquisa de métodos mistos**. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

DNOCS. Departamento Nacional de Obras Contra a Seca. Perímetro Irrigado São Gonçalo. Disponível em: <http://www.dnocs.gov.br/~dnocs/doc/canais/perimetros_irrigados/pb/sao_goncalo.htm>. Acesso em: 21 out. 2012.

FAO. Food and Agriculture Organization of the United Nations. International E-mail Conference on Irrigation Management Transfer (IMP) – Sharing Lessons from Global Experience, with the support of Ford Foundation, 2001. Disponível em: <<http://www.fao.org/ag/agl/aglw/waterinstitutions/overview.stm>>. Acesso em: 14 fev. 2013.

LINCOLN, Y. S.; GUBA, E. G. **Naturalistic inquiry**. Londres: Sabe, 1985.

MAIER, L. M. O. A nova política nacional de irrigação sob o paradigma do estado subsidiário. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/cj043>>

590.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2013.

NIS, E. de; DUCROT, R.; LE GAL, P. Y.; Barros, E. R.; MOUCO, C. A. P.; KUPER, A. C. **Um procedimento de consultoria para melhorar a gestão dos perímetros irrigados coletivos do nordeste brasileiro.** Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 22, n. 2, p. 365-380, maio/ago. 2005.

PASSADOR, C. S.; PASSADOR, J. L.; MOREIRA, M. Transferência de gestão dos perímetros públicos de irrigação: uma proposta metodológica. **Organização Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 11, n. 3. 2009.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 9. ed. São Paulo: Atlas, 2007.